

SUMÁRIO

I. CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LINHAS HISTÓRICAS DO <i>HABEAS CORPUS</i>	1
1.1 Constituição Federal e <i>habeas corpus</i>	1
1.2 Aspectos históricos em breves linhas	2
1.2.1 Origem do <i>habeas corpus</i>	2
1.2.2 <i>Habeas corpus</i> no Brasil e na América Latina	3
II. CONCEITUAÇÃO	7
2.1 Conceito e natureza jurídica	7
2.2 Espécies de <i>habeas corpus</i>	12
III. CONDIÇÕES DA AÇÃO	15
3.1 Possibilidade jurídica do pedido	15
3.1.1 A questão do direito líquido e certo e das provas pré-constituídas	19
3.1.2 Liberdade de ir, vir e ficar	21
3.1.3 Ampliação do seu alcance	22
3.1.4 Punição disciplinar militar	26
3.1.5 Restrição ao uso do <i>habeas corpus</i>	28
3.2 Interesse de agir (necessidade, adequação e utilidade)	28
3.2.1 Existência de recurso legal para impugnar a decisão judicial considerada abusiva	29
3.2.2 Dúvida quanto ao interesse de agir e consulta ao paciente	31
3.2.3 Cessação do interesse de agir	32

3.2.4	Desnecessidade de pedido de reconsideração ao juiz para a impetração no tribunal ou de reiteração de pleito já formulado.....	32
3.2.5	Mera reiteração de pedido anterior	33
3.3	Legitimidade.....	34
3.3.1	Legitimidade ativa: impetrante e paciente	34
3.3.2	Legitimidade passiva: autoridade coatora e particular.....	39
3.3.2.1	<i>Habeas corpus</i> coletivo.....	41
3.3.2.2	Tribunal como órgão coator.....	45
3.3.2.3	STF como órgão coator.....	45
3.3.2.4	Legitimidade passiva do particular	46
3.3.2.5	Membro do Ministério Público como autoridade coatora	48
3.3.2.6	Comissão Parlamentar de Inquérito como coatora....	50
3.3.3	Intervenção de terceiros.....	51
3.3.4	Requisição cumprida pela autoridade policial	53
3.3.5	<i>Habeas corpus</i> de ofício.....	55
IV.	COMPETÊNCIA	57
4.1	Jurisdição e competência.....	57
4.1.1	Erro no endereçamento	58
4.1.2	Inviabilidade de análise de <i>habeas corpus</i> contra decisão de relator.....	58
4.2	Prevenção.....	59
4.3	Competência do Supremo Tribunal Federal	60
4.4	Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	62
4.5	Competência de outros Tribunais Superiores	63
4.5.1	Tribunal Superior Eleitoral.....	63
4.5.2	Superior Tribunal Militar	64
4.6	Competências dos Tribunais Estaduais (Justiça e Militar) e Regionais (Federal e Eleitoral).....	64
4.6.1	Competência da Turma Recursal	65
4.6.1.1	Competência do Tribunal de Justiça ou Regional Federal.....	67
4.7	Competência dos juízes de primeiro grau	67
V.	FUNDAMENTO JURÍDICO	69
5.1	Cabimento.....	69
5.1.1	Natureza do rol previsto no art. 648 do CPP.....	69
5.1.2	Justa causa	70
5.1.2.1	Prisão em flagrante.....	71
5.1.2.2	Prisão temporária.....	73

5.1.2.3	Prisão preventiva, inclusive em pronúncia e decisão condenatória.....	75
5.1.2.4	Trancamento de inquérito e outras investigações.....	88
5.1.2.5	Trancamento de ação penal e recebimento de denúncia imotivado	94
5.1.3	Duração da prisão cautelar e da prisão-pena.....	98
5.1.3.1	Razoabilidade	100
5.1.3.2	Proporcionalidade.....	110
5.1.3.3	Excesso de prazo no julgamento de recursos	113
5.1.3.4	Prisão em flagrante.....	115
5.1.3.5	Prisão temporária.....	116
5.1.3.6	Prisão preventiva.....	116
5.1.3.6.1	Ausência ou deficiência de fundamentação da prisão cautelar.....	117
5.1.3.6.2	Final da instrução.....	117
5.1.3.7	Prisão-pena.....	118
5.1.4	Incompetência da autoridade coatora.....	122
5.1.5	Cessação do motivo autorizador da coação.....	122
5.1.6	Negativa de fiança ou fixação em valor muito elevado.....	123
5.1.7	Nulidade do processo.....	124
5.1.8	Extinção da punibilidade.....	126
VI.	PROCEDIMENTO	129
6.1	Petição inicial.....	129
6.1.1	Concorrência do <i>habeas corpus</i> com o processo criminal	134
6.1.2	Concorrência do <i>habeas corpus</i> com a investigação criminal ...	134
6.1.3	Termos injuriosos contidos na petição inicial.....	134
6.1.4	Um <i>habeas corpus</i> para cada ato abusivo da autoridade.....	135
6.2	Liminar.....	135
6.3	Apresentação do paciente e figura do detentor	138
6.4	Informações da autoridade coatora e do particular	139
6.5	�nus e produção de provas	142
6.6	Concessão de oficio.....	146
6.7	Mérito	148
6.7.1	Celeridade no julgamento e manifestação do Ministério Público...	148
6.8	Não conhecimento do pedido.....	149
6.9	Desistência e prejudicialidade	151
6.10	Efeitos e alcance da decisão	152
6.10.1	Coisa julgada e reiteração do pedido.....	154
6.11	Processamento do <i>habeas corpus</i> no Tribunal.....	155
6.12	Denegação da ordem com recomendação.....	157

VII. RECURSOS	159
7.1 Reexame necessário	159
7.2 Recurso em sentido estrito	160
7.3 Recurso ordinário constitucional	161
7.4 Recurso especial	162
7.5 Recurso extraordinário.....	164
7.6 Embargos de declaração	164
VIII. PONTOS POLÊMICOS DO HABEAS CORPUS	167
8.1 Aplicação do <i>habeas corpus</i> como recurso.....	167
8.1.1 Ajuizamento contra decisão em <i>habeas corpus</i>	167
8.1.2 Ajuizamento contra indeferimento de liminar em <i>habeas corpus</i> ...	170
8.1.3 <i>Habeas corpus</i> em lugar de revisão criminal.....	173
8.1.4 <i>Habeas corpus</i> contra a suspensão condicional do processo.....	175
8.1.5 <i>Habeas corpus</i> contra suspensão condicional da pena	176
8.1.6 <i>Habeas corpus</i> contra a aplicação ou execução da pena de multa e ônus das custas	176
8.1.7 <i>Habeas corpus</i> contra a designação de audiência preliminar no JECRIM	177
8.1.8 <i>Habeas corpus</i> contra decisões interlocutórias.....	178
8.1.9 <i>Habeas corpus</i> contra sentença.....	178
8.1.10 <i>Habeas corpus</i> contra liminar de desembargador, que prejudicou interesse do acusado.....	180
8.2 <i>Habeas corpus</i> em confronto com o mandado de segurança, no caso de quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico	181
8.3 <i>Habeas corpus</i> no contexto da extradição no STF	182
8.4 A questão da supressão de instância no <i>habeas corpus</i>	183
8.5 Relevância da ampla defesa no procedimento do <i>habeas corpus</i>	185
8.6 <i>Habeas corpus</i> e provas.....	186
8.6.1 Avaliação da prova ilícita	186
8.6.2 <i>Habeas corpus</i> na produção antecipada de provas em caso de processo suspenso com base no art. 366 do CPP.....	187
8.6.3 Indeferimento de provas.....	189
8.6.4 Prolongamento do período de escuta telefônica.....	190
8.7 <i>Habeas corpus</i> no Tribunal do Júri.....	192
8.7.1 Para assegurar a plenitude de defesa.....	192
8.7.2 Em confronto à soberania dos veredictos	193
8.7.3 Excesso de fundamentação ou linguagem da decisão de pronúncia ou do acórdão	194
8.7.4 Desaforamento	195
8.7.5 Excesso de prazo após a pronúncia.....	197

8.7.6	Avaliação do elemento subjetivo: dolo ou culpa	198
8.7.7	Intimação do réu por edital para julgamento em plenário.....	201
8.8	<i>Habeas corpus</i> e prisão do devedor de alimentos	202
8.9	<i>Habeas corpus</i> na execução penal	205
8.9.1	Progressão de regime	205
8.9.2	Penas restritivas de direitos	207
8.9.3	Visita íntima a presos	208
8.9.4	Cumprimento de pena no local do domicílio.....	208
8.9.5	Ampla defesa na execução	209
8.9.6	Execução provisória da pena.....	210
8.10	<i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho	210
8.11	<i>Habeas corpus</i> no cenário de medidas restritivas da liberdade.....	211
8.11.1	Prisão para averiguação	211
8.11.2	Medidas cautelares alternativas à prisão	211
8.11.3	Juízo de periculosidade.....	212
8.11.4	Prisão cautelar substituída por medida alternativa.....	216
8.11.5	Regime inicial de cumprimento da pena e vedação ao recurso em liberdade.....	217
8.12	Investigação conduzida pelo Ministério Público passível de gerar constrangimento ilegal	217
8.13	Combinação de leis penais no contexto do <i>habeas corpus</i>	220
8.14	<i>Habeas corpus</i> e princípio da colegialidade	220
8.15	Atipicidade provocada pela insignificância dando margem ao <i>habeas corpus</i>	221
8.16	Ausência do defensor em audiência e <i>habeas corpus</i>	223
8.17	<i>Habeas corpus</i> e regime inicial de cumprimento de pena no tráfico ilícito de drogas.....	224
8.18	Cumprimento da medida de segurança em local inadequado dando ensejo ao <i>habeas corpus</i>	225
8.19	<i>Habeas corpus</i> para apressar processo	226
8.20	<i>Habeas corpus</i> e denúncia inepta – genérica ou alternativa	227
8.21	Restrições atuais ao <i>habeas corpus</i>	228
8.22	Busca de nulidade em relação a atos produzidos na fase investigatória ou processual.....	231
8.23	<i>Habeas corpus</i> contra determinação de prisão após o julgamento em 2. ^a Instância	232
8.24	Audiência de custódia: não realização	233
8.25	Recurso da União em prol do Ministério Público.....	234
BIBLIOGRAFIA		235
OBRAS DO AUTOR.....		239